

REQUERIMENTO DE INFORMAÇÃO N.º
(Do Sr. Rubens Bueno)

DE 2019

Requer informações ao Ministro da Economia sobre estudos, pareceres técnicos e dados que fundamentam a Proposta de Emenda à Constituição n.º 6, de 2019 (Reforma da Previdência).

Senhor Presidente,

Requeremos a Vossa Excelência, nos termos do § 2º do art. 50 da Constituição Federal e na forma do art. 115, inciso I e art. 116 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, que seja encaminhado pedido de informações, por meio da Mesa Diretora desta Casa, ao Excelentíssimo Senhor Ministro da Economia, Sr. Paulo Guedes, nos seguintes termos:

1. Cópia dos estudos e pareceres técnicos que fundamentam a aprovação da Proposta de Emenda à Constituição n.º 6, de 2019 (Reforma da Previdência).
2. Detalhamento dos valores dos impactos fiscais de cada item contido na PEC 6/2019, por ano, nos próximos dez anos.

JUSTIFICATIVA

Segundo matéria do jornal Folha de S. Paulo, de 21 de abril de 2019, o Ministério da Economia decretou sigilo sobre estudos e pareceres técnicos que

embasaram a PEC 6/2019, que trata da Reforma da Previdência. De acordo com a Secretaria Especial de Previdência e Trabalho, os expedientes foram classificados com nível de acesso restrito por se tratarem de documentos preparatórios.

A PEC 6/2019, como se sabe, está já em vias de ser aprovada na CCJC e seguir, então, para a Comissão Especial. A matéria é de suma importância para o restabelecimento das contas públicas do Brasil e, apesar de merecer aperfeiçoamentos em seu texto, caminha para a rápida aprovação por esta Casa. Não há o que se falar, portanto, em documentos preparatórios neste estágio. O sigilo não deve ser a regra.

A Reforma da Previdência é necessária e os dados, acessados por este Parlamento, só têm a contribuir para o debate. As discussões em torno da nova previdência, como não poderia deixar de ser, envolvem estudos e análises atuariais e contábeis sobre gastos, impactos e projeções para o futuro que principalmente o Poder Executivo tem a capacidade de promover. E esses dados devem ser compartilhados ao máximo, para o bem das discussões democráticas, do princípio republicano, da própria aprovação da Reforma e, finalmente, do futuro melhor para o nosso país que queremos construir.

Sala das Sessões, em 22 de abril de 2019.

Deputado Rubens Bueno
Cidadania/PR